

Comitê Nacional de Facilitação de Comércio – CONFAC

Ata da 1ª Reunião do Subcomitê de Cooperação

05/05/2017

Às quatorze horas e trinta minutos do dia 05 de maio de dois mil e dezessete, na Sede da Confederação Nacional da Indústria – CNI, Setor Bancário Norte (SBN) - Quadra 01 - Bloco I - Ed. Armando Monteiro Neto – Sobreloja CNI, foi realizada a 1ª Reunião do Subcomitê de Cooperação do Comitê Nacional de Facilitação de Comércio – CONFAC. Em anexo, segue lista de participantes da reunião que contou com a presença de representantes de diversas entidades representativas do setor privado e de órgãos de governo ligados ao comércio exterior brasileiro. A reunião foi coordenada pela Secretaria de Comércio Exterior do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços e pela Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda por meio de seus representantes, que deram início aos trabalhos para discorrer sobre a seguinte pauta:

1. Abertura

O Diretor da CNI, Carlos Eduardo Abijaodi, abriu a reunião cumprimentando os representantes do setor público e privado presentes, destacando a importância que o Subcomitê de Cooperação do CONFAC tem para esse diálogo e para a facilitação de comércio. Colocou ainda que a CNI está totalmente aberta para a cooperação nos trabalhos. Em seguida, apresentou pesquisa feita pela CNI junto à Fundação Getúlio Vargas que mostrou o impacto da burocracia administrativa e aduaneira na competitividade do comércio exterior brasileiro. Ressaltou que a CNI hoje possui uma agenda para o comércio exterior com destaque para a desburocratização. Citou ainda a criação do *Facilitômetro*, ferramenta para avaliar a implementação do Acordo de Facilitação de Comércio - AFC da OMC, segundo a visão empresarial. Destacou também as atividades da entidade em seus diversos fóruns dedicados ao comércio exterior. Finalmente, apresentou apoio aos Programas Portal Único e OEA, apontando a necessidade de governo e setor privado trabalharem lado a lado, passando a palavra para o Secretário de Comércio Exterior, Sr. Abrão Neto. O Secretário cumprimentou todos os presentes, agradecendo a acolhida da reunião pela CNI e destacou que o Subcomitê de Cooperação do CONFAC é o espaço para o diálogo entre os setores público e privado e que os resultados só acontecerão por meio de um esforço coletivo. Ressaltou que o AFC é um marco nesse processo e que os Programas Portal Único e OEA são iniciativas de sucesso no sentido da facilitação de comércio. Por fim, destacou a retomada do comércio exterior brasileiro depois de 4 anos de queda. Em seguida o Secretário da Receita Federal, Sr. Jorge Rachid fez os cumprimentos iniciais e ratificou a importância do subcomitê. Lembrou que já há um histórico de trabalho em termos de facilitação de comércio e que para a RFB é estratégico agir para a melhoria do ambiente de negócios, inclusive no comércio exterior. Comentou sobre os resultados do *Doing Business* e suas nuances de interpretação, colocando a RFB de portas abertas para receber as contribuições do setor privado.

2. Estrutura e Funcionamento do CONFAC

O Secretário de Comércio Exterior, Sr. Abrão Neto, fez uma apresentação mostrando a estrutura e funcionamento do CONFAC, órgão integrante da Câmara de Comércio Exterior – CAMEX, destacando seus objetivos e composição. Apresentou como o

Subcomitê de Cooperação atuará nessa estrutura, apontando também o papel a ser desempenhado pelos Grupos Técnicos.

3. Considerações sobre temas de interesse do setor privado

Nesse momento, a palavra foi aberta ao setor privado. Inicialmente o representante da ABECE - Associação Brasileira de Empresas de Comércio Exterior, Sr. Augusto Barreto, agradeceu a oportunidade e apresentou demanda de redução do prazo para análise de licenças de importação não automáticas de 60 para 30 dias, com as devidas justificativas e benefícios da medida. Em seguida, o representante da CNI, Sr. Ronnie Pimentel, listou os pleitos da entidade, resultado de consulta feita às bases empresariais, com destaque para: a sistematização dos trabalhos do CONFAC; a efetivação de várias atividades atreladas ao Programa do Portal Único de Comércio Exterior e do Programa do Operador Econômico Autorizado – OEA; a importância de sistema único de coleta de impostos, taxas, encargos e contribuições atreladas às operações de comércio exterior; a eliminação da cobrança de tarifa de inspeção não invasiva (escaneamento) de contêineres praticada pelos terminais portuários em todas as regiões fiscais da aduana brasileira; o compartilhamento da pesagem já requerida pela RFB (Siscarga) aos agentes de carga; alterações normativas referentes a Ata Carnet; a ampliação e aprimoramento do regime de remessas expressas no Brasil; a denúncia do acordo que estabelece reserva de carga à navios de bandeira dos países signatários; a regulamentação do tratamento de embalagens de madeira; a consolidação das normas de comércio exterior; e a revisão da estrutura de funcionamento dos processos de licenciamento no comércio exterior. Na sequência, a representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA, Sra. Lígia Dutra, apresentou demanda relativa à adesão do Brasil ao *E-phyto*, certificado fitossanitário digital criado para facilitar e harmonizar os procedimentos de certificação fitossanitária, o que simplificaria consideravelmente o processo para liberação de cargas nos recintos alfandegados. Logo após, o representante da Federação Nacional dos Operadores Portuários - FENOP, Sr. Sérgio Aquino, ressaltou que seria fundamental um mapeamento do status efetivo da implementação do AFC sobre cada um dos pontos. Em seguida, o representante do Instituto Procomex, Sr. John Mein, sublinhou que é preciso estabelecer uma agenda para os trabalhos do Subcomitê, apontando que o principal problema seria o alinhamento entre as agências anuentes. Na sequência, a representante do Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas- SEBRAE, Sra. Fernanda Maciel, reforçou a necessidade de monitoramento da implementação do acordo, destacando a necessidade de se pensar nos recursos financeiros para realizar as medidas pertinentes, tendo em vista a priorização por parte do governo o qual teria uma visão estratégica sobre essa questão. Logo após, o representante do Sindicato dos Comissários de Despachos, Agentes de Carga e Logística de São Paulo - Sindicomis, Sr. Luiz Antônio Ramos, questionou se o Brasil conseguiria atingir os objetivos do AFC diante de tantos desafios. Após, a representante do Conselho Brasileiro das Empresas Comerciais Importadoras e Exportadoras - CECIEx, Sra. Rita Campagnoli, colocou que há diversos entraves que dificultam as exportações indiretas como a dificuldade de se estabelecer diversos tipos de recintos alfandegados e modalidades de consolidação das cargas. Questionou também a possibilidade de as comerciais exportadoras atuarem como OEA. Na sequência, a representante do Sindicato dos Despachantes Aduaneiros de São Paulo - Sindasp e da Federação Nacional dos Despachantes Aduaneiros - Feduaneiros, Sra. Regina Terezin, ressaltou que os despachantes estão aptos para ajudar a resolver os entraves do comércio exterior, propondo plena participação nos trabalhos. Fez ainda um alerta sobre os custos causados às empresas pelo tempo necessário para se obter a liberação das cargas. Nesse momento, não tendo mais nenhuma manifestação, o

Secretário da Receita Federal, Sr. Jorge Rachid, tomou a palavra para agradecer os participantes pelos comentários e propôs que os pleitos fossem encaminhados formalmente ao CONFAC. Ressaltou que apesar das dificuldades de recursos, acredita nos resultados do Subcomitê, dada a importância de o setor privado trabalhar em conjunto com o governo. O Secretário de Comércio Exterior, Sr. Abrão Neto, ressaltou a importância da sistematização e estruturação dos trabalhos do Subcomitê, a formalização dos pleitos com o máximo de detalhamento possível, com ordem de relevância, e a busca de resultados no curto, médio e longo prazos. O Secretário ainda destacou que os trabalhos do CONFAC vão muito além AFC, portanto, é importante abrir o escopo de atuação com priorização, já que as dificuldades são muitas. A representante da Secretaria Executiva da CAMEX, Sra. Tatiana Rosito, disse que há outros *loci* de interlocução dentro da CAMEX como o Grupo de Trabalho de Regulação e o Comitê Nacional de Investimentos - CONINV, que podem auxiliar nos trabalhos do CONFAC. Destacou também que é preciso procurar as boas práticas em experiências internacionais. Nesse ponto, o representante da Secex/MDIC, Sr. Flávio Scorza, ressaltou que é importante acompanhar as medidas do AFC, contudo é preciso dar qualidade às medidas tendo em vista que, em princípio, o Brasil está muito bem na implementação do acordo. Destacou que trazer o AFC para a realidade das práticas brasileiras com o objetivo de atacar as causas dos problemas domésticos tem mais importância que cumprir o AFC, já que o acordo traz apenas o básico, o mínimo, a ser alcançado. Também disse que já está em curso um trabalho com a Anvisa no que diz respeito ao tratamento das licenças, sendo detalhadas as atividades de integração dos sistemas para a resolução deste problema. O representante do Ministério das Relações Exteriores - MRE, Sr. João Terra, tomou a palavra e registrou o feito que o Brasil alcançou com o estabelecimento do CONFAC, já que poucos países do mundo têm essa estrutura, principalmente com a participação do setor privado. Destacou que a dificuldade de integração entre os órgãos anuentes está presente em vários países do mundo, não só no Brasil. O Secretário da Secex, Sr. Abrão Neto, apontou diagnóstico feito pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE que mostra esse desafio. O Secretário da RFB, Sr. Jorge Rachid, lembrou que o trabalho não começa do zero, pois já há um histórico na cultura de facilitação de comércio, ou seja, já há uma base para os trabalhos; mostrou também que a RFB já monitora o cumprimento do AFC com os resultados disponíveis a todos no site do órgão. Ressaltou que a priorização dos itens de agenda do Subcomitê é fundamental. Mostrou também que há outros trabalhos sendo desenvolvidos pelo governo, citando exemplos. Após, o representante da CNI, Sr. Ronnie Pimentel, disse que houve um alinhamento prévio do setor privado para reunião e que encaminhará ao CONFAC documento com as demandas sistematizadas.

4. Licenciamento de importações e exportações – Grupo Técnico CONFAC

O representante da Secex, Sr. Flávio Scorza, ressaltou a criação do Grupo Técnico de Licenciamento dada a relevância do tema na agenda de facilitação. Mostrou que uma das causas de haver uma quantidade grande de produtos sujeitos ao licenciamento no Brasil foi a maneira como o Siscomex foi concebido; destacou que haverá um esforço conjunto entre a equipe do Programa do Portal Único e o GT de Licenciamento do CONFAC para tratar do tema e encontrar uma solução, com a intenção de se estabelecer um processo de gerenciamento de riscos por meio das ferramentas oferecidas pelo Portal Único; apontou que outro tema do GT diz respeito às taxas cobradas pelos órgãos que deve ser proporcional aos serviços prestados; disse ainda que as demandas, no que diz respeito a esse tema, devem ser encaminhadas para o e-mail: confac@mdic.gov.br. A representante

do Sindasp/Feaduaneiros, Sra. Regina Terezin, apontou a falta de uma coordenação nacional sobre os órgãos de comércio exterior. O Sr. Flávio Scorza ressaltou e esclareceu que esse é um dos papéis do CONFEC. O Sr. Sérgio Aquino, da FENOP, comentou sobre o papel de agente único de fronteira em outros países. O Sr. John Mein do Procomex ressaltou que o estudo da OCDE mostra a necessidade de integração e coordenação entre os órgãos e não a necessidade de um único órgão centralizador. O Sr. Rodrigo de Macedo Pinto - SE CAMEX - destacou que a CAMEX tem um especial interesse nessa matéria e pretende colaborar na resolução dos problemas a ela vinculados. O Sr. Ronaldo Medina, da RFB, ressaltou que é importante se ater ao processo das operações e não às transações uma a uma e que os meios tecnológicos disponíveis hoje em dia permitem isso; que hoje os modelos de fiscalização são cada vez mais *a priori ou a posteriori* à entrada da carga no país (pré e pós despacho); que é cada vez menor a verificação *in loco* no momento em que os produtos estão entrando ou saindo do país; que isso é altamente custoso ao setor privado; que a visão da fiscalização deve ser a de gestão de riscos e controle de processos, pois, assim, são alocados recursos onde há mais riscos, tornando a fiscalização mais eficaz e mais eficiente; que o controle de cada transação, de cada operação, deve ser exceção; que esse tipo de fiscalização onera muito mais as empresas menores; que esse é um método arcaico, atrasado. O Sr. John Mein do Procomex realçou que o uso de sistema de análise de riscos pelos órgãos é essencial; que no governo só a RFB usa; que isso é um problema dos órgãos de governo.

5. Pequenas e Médias Empresas

A Sra. Fernanda Maciel do Sebrae destacou que para as pequenas empresas qualquer medida de facilitação de comércio tem um impacto muito grande; que o Sebrae fez estudo junto ao Procomex elencando as situações-problema que afligem as pequenas empresas no que tange ao comércio exterior; que os principais problemas dizem respeito a ajustes de sistemas, legislação, procedimentos e base normativa; que em consulta às unidades estaduais do Sebrae chegou-se a uma priorização de temas a serem tratados. O Sr. Flávio Scorza elogiou o trabalho feito, pois elenca as prioridades para as pequenas empresas. O Sr. Flávio Pimentel da Secretaria das Micro e Pequenas Empresas corroborou com os resultados do estudo e colocou a Secretaria à disposição. O Sr. Flávio Scorza ressaltou que os parceiros do setor privado são essenciais para a inclusão das pequenas empresas no comércio exterior - parceiros como as *tradings*, os despachantes, os operadores logísticos, entre outros.

6. Relatos: Portal Único de Comércio Exterior, OEA e integração OEA – MAPA.

O Sr. Ronaldo Medina relatou que a Declaração Único de Exportação – DUE, modal aéreo, já é usada nos principais aeroportos do País, e já é possível se registrar a DUE pelo modal marítimo; que o principal gargalo é interligar os sistemas das empresas, que ainda não estão preparados para o atual Portal Siscomex; que até o final do ano todos os modais estarão aptos a operar com a DUE; que no processo de importação está sendo desenhado o “*TO BE*”. Ressaltou que haverá a centralização de pagamentos do ICMS até o final do ano pelo menos com um estado; SP e RJ estão adiantados nesse processo. Ressaltou, também, que o Programa OEA Integrado já está com os trabalhos em curso entre RFB e MAPA, com a integração dos sistemas da RFB e do Vigiagro; que as primeiras entregas acontecerão até o final de junho. Destacou que o OEA Integrado brasileiro é pioneiro no mundo. O Sr. Flávio Scorza ressaltou que os Programas Portal Único e OEA estão sendo

acompanhados pela Presidência da República e foram elencados como prioritários no que se refere às ações de comércio exterior do governo.

7. Subcomitê de Cooperação e cooperação com o setor privado

O Sr. Flávio Scorza disponibilizou o canal de comunicação permanente com o setor privado via e-mail: confac@mdic.gov.br.

8. Encerramento

Sem mais, o Sr. Flávio Scorza e o Sr. Ronaldo Medina encerraram a reunião agradecendo a todos, ressaltando que o setor privado é o motor do Subcomitê e do CONFAC.